

Ata da Sexta Reunião Ordinária da Quarta Sessão Legislativa, da Oitava Legislatura da Câmara Municipal de Urucuaia, estado de Minas Gerais. Aos seis dias do mês de maio do ano dois mil e vinte e quatro às dezenove horas e dezessete minutos no Plenário da Câmara, presentes os Vereadores: Edvaldo Rosa Lisboa, José Augusto Cordeiro Lisboa, José do Parto Cardoso Lisboa, Albanita Anjos da Mata, Antônio Alves Neto (Netão do Povo), Cleuber Marques dos Anjos, Darley José da Silva, Ediel Alves da Silva e José Weber Santos. Reuniram-se sob a Presidência do senhor vereador Edvaldo Rosa Lisboa que havendo quórum Regimental, declarou aberta a sessão, passando a ordem do dia quando foi lida e aprovada à ata da reunião anterior. Foram convidados a fazer parte da mesa a Secretária Municipal de Educação senhora Juliane Aparecida Carneiro em atendimento ao Requerimento nº 011/2024 que prestou esclarecimentos acerca do Tempo Integral e o senhor prefeito Rútilo Eugênio Cavalcanti filho representando a Secretária Municipal de Ação Social para esclarecimento a respeito de inscrições de casas populares. O senhor presidente agradeceu a presença da Secretária de Educação por disponibilizar o seu tempo e vir a casa tirar dúvidas dos vereadores e da população que vem cobrando esclarecimentos acerca do assunto a ser debatido. No uso da palavra o senhor vereador José Weber disse que há muito tempo vem questionando na casa a questão do tempo integral, pois o mesmo é muito importante para o município e só agrega melhorias a qualidade da educação e do aprendizado do aluno. O senhor vereador fez alguns questionamentos a Secretária a respeito das dificuldades na questão de uniformes, como que vai investir em material pedagógico, sobre tecnologias que podem melhorar para o aluno, quais os gargalos que o tempo integral está com toda essa dificuldade onde os pais estão tendo essa insatisfação. A secretária respondendo ao senhor vereador se reportou a lei 654 de 2018 implantada no município e disse que cabe a ela seguir a legislação, e dentre as melhorias do que é possível melhorar a questão estrutural, espaços de convivência, refeitórios, salas entre outros. Propôs a promoverem um Fórum da educação integral. Fez um convite aos vereadores e pais que vão às escolas acompanhar de perto a situação das mesmas. Disse que várias adequações e estruturas foram feitas internamente no sentido de atender melhor os estudantes para terem aulas e atividades de acordo com a realidade de cada um. E que esta amparada na documentação e legislação da educação integral no município de Urucuaia tanto do ponto de vista da integralização como da vinculação dos bolsistas. A senhora vereadora Albanita ressaltou que tem segurança e veracidade nos questionamentos. É a favor do Tempo Integral com estrutura, porém, não concorda com a obrigatoriedade e sugeriu aos colegas vereadores fazerem uma Emenda para ser opcional e disse que dentro da cidade o tempo integral pode funcionar com algumas melhorias. O senhor vereador José do Parto falou que não é contra a educação integral, muito pelo contrário sebe da importância da mesma para o município e para as famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social. Questionou a secretária sobre as faltas e presenças dos alunos em que os pais não concordam com a educação integral, se os filhos terão prejuízo da carga horária dentro do programa cislame, pois o mesmo só tem um campo para colocar presença, haja vista que não desmembrou a educação integral do ensino regular, sendo somente uma grade. A senhora secretária respondeu que o maior entrave era o sistema do Cislame inicialmente, mas foi corrigido pela empresa que faz toda a gestão técnica do sistema e já está disponível para todos os professores que estão atuando. E com relação à reprovação o critério é o mesmo da resolução da Secretaria de Estado da Educação, o aluno precisa ter índice mínimo de frequência ao final do ano letivo para ser aprovado. No uso da palavra o senhor vereador Cleuber parabenizou à senhora secretária pelo trabalho brilhante prestado a nosso município e fez um questionamento a respeito de estarem sendo cobrados pelos pais sobre a situação dos alunos da zona rural que saem de casa muito cedo e chegam muito tarde e que no artigo 16 fala que os alunos matriculados na escola cívico militar deverá obrigatoriamente cumprir integralmente a matriz curricular da educação integral, o que podem estar fazendo para resolver essa situação, sugeriu fazer uma emenda. A senhora Secretária enfatizou que havendo essa discussão e tendo um olhar específico para os alunos da zona rural que percorrem longas distâncias, já teve vários momentos de diálogo com os pais no sentido de redução da jornada escolar das

escolas do meio rural. Disse que está disposta a estudar melhores formas de fazer com que seja exequível a essa casa mudança a essa lei e rever a questão da jornada escolar das especificamente escolas do meio rural do tempo integral. O senhor vereador José Augusto destacou a importância do tempo integral para manter as crianças seguras e longe das ruas. Expressou sua preocupação em relação aos pais que não concordam com o tempo integral para seus filhos, ressaltando que, embora a maioria dos pais seja favorável a essa prática, que é importante considerar as opiniões divergentes. Solicitou à secretária informações sobre a possibilidade de haver flexibilidade para os pais que não desejam que seus filhos permaneçam na escola em tempo integral. A senhora secretária disse que irá analisar a situação dos pais que não aceitam o tempo integral para seus filhos, buscando alternativas legais que atendam às necessidades de todas as famílias. Sugeriu uma reunião com os pais e a comunidade escolar para discutir possíveis soluções e garantir que as crianças recebam uma educação de qualidade. O senhor vereador Darley expressou sua gratidão à secretária e funcionários da escola de Vereda grande pelo trabalho realizado e relatou que, no ano de 2018, o diretor solicitou que, para implementar o tempo integral, seria necessário a construção de um muro. O Vereador agradeceu ao Prefeito por atender a sua emenda impositiva, possibilitando a construção do muro e viabilizando o tempo integral na referida instituição de ensino. Disse que esta a disposição para eventuais necessidades e reclamações, que ira cobrar das autoridades competentes, se comprometeu a acompanhar de perto o andamento das questões do tempo integral e garantir que o mesmo seja efetivado com sucesso. Durante a discussão, a secretaria mencionou a última visita à Escola de Vereda Grande, na qual o vereador esteve presente e destacou a importância de sua presença e atuação constante na comunidade, atendendo às necessidades da escola e da comunidade local. A senhora secretária se comprometeu a continuar acompanhando de perto as demandas da Escola e a colaborar para o desenvolvimento e melhoria das condições educacionais na região. O senhor vereador Ediel agradeceu e reconheceu a importância da educação na qualidade e na vida das pessoas. Ressaltou que vem de uma família humilde e teve poucas oportunidades de estudo, mas hoje compreende o valor do conhecimento e da educação para o desenvolvimento pessoal e profissional. Em seguida, a senhora Secretária relatou que sobre a qualidade da educação que o município conta com profissionais de diversas áreas e reforçou a importância da educação para formar profissionais capacitados e destacou que a presença desses profissionais em Urucua é um reflexo do investimento e qualidade do ensino no município. O senhor vereador Netão do Povo ressaltou que Urucua foi um dos primeiro municípios da nossa região a implantar a escola tempo integral que a mesma tem pontos negativos e positivos e precisa melhorar, acredita na eficiência da escola cívico militar que tem mais eficiência do que deficiência. A senhora secretária disse que senhor o vereador Netão é pessoa que mais traz demandas da educação, como transporte e estradas e o agradeceu Emenda impositiva destinada à escola municipal cívico-militar Luiz Ribeiro Mendes para construção de um pavilhão para ser concluído ainda neste ano. Um espaço que vai propiciar aos estudantes e profissionais a desenvolver atividades práticas em um local mais adequado. O senhor Presidente observou que a lei chegou e impôs a população que teve de cumprir, e algumas famílias não concordam com o tempo integral devido à deficiência das estradas rurais e a demora dos alunos retornarem para suas casas ficando praticamente o dia todo fora. Acredita que o tempo integral é bom, ajuda alunos e famílias, mas falta um diálogo entre a secretaria de educação, poder executivo e famílias. Disse que impor regras é fácil, porém tem que observar todos os lados, pois os servidores da educação são os mais penalizados com reclamações e críticas e sugeriu que se reúnam para buscar as soluções cabíveis. A senhora Secretária disse que o mesmo tem razão, a discussão é válida no sentido de propor emendas e melhorias a lei. Acredita que vários aspectos devem ser analisados do ponto de vista do desempenho escolar dos estudantes, da melhoria da aprendizagem. Com relação aos estudantes da zona rural foi feito levantamento das rotas todas mapeadas pelo sistema SET do FNDE que as ampara com as medições de todos os quilômetros percorridos em cada linha para otimizar o transporte escolar e os alunos chegarem mais cedo. Em seguida foi feita a leitura do Requerimento nº 013/2024 que requer esclarecimentos a respeito de inscrições de casas

populares. No uso da palavra o senhor vereador José do Parto Cardoso Lisboa salientou em função do projeto de lei 028/2023 ao senhor Prefeito no ato representando a secretária de Ação Social para que o mesmo explicasse na íntegra os fins do Projeto, onde e quem o mesmo ira atender, pois o projeto chegou nesta casa com dois objetivos: construção de casas populares e alienação de lotes públicos. O senhor Prefeito solicitou que o senhor vereador reformulasse o questionamento para secretaria de ação social, disse que não iria responder sobre o projeto de lei e sim sobre o requerimento acima citado. O senhor Presidente explicou ao senhor prefeito que o motivo da convocação da secretária foi por causa do pedido de arquivamento do projeto por falta de informação e segurança em relação ao mesmo, e no dia seguinte a Secretaria de Assistência Social colocou um anuncio nas redes sociais convocando a população para fazer inscrição de casas populares uma vez que dependeria da câmara para aprovação do terreno. O senhor Prefeito disse que baseado na medida provisória 1.162 de 14 de fevereiro de 2023 no projeto minha casa minha vida onde o município de Urucuaia se enquadrou e o secretário de administração fez o projeto e a cidade está selecionada e pensando na continuidade do município que tem interesse e precisa de muitas casas populares. E por esse motivo a secretaria fez a convocação para ter noção da quantidade de pessoas que precisam de casas para enviar pro Ministério da Cidade esse número e que estão trabalhando e querem mostrar que a necessidade é muito maior do que se espera. O senhor vereador Darley questionou se as casas populares podem ser construídas em outro local e o senhor prefeito respondeu que pode ser tanto na cidade como na zona rural e nos distritos em consequência da deficiência e falta de habitação. A senhora vereadora Albanita dirigiu-se ao prefeito questionando sobre o projeto e ressaltou que, ao indicar tal projeto, o mesmo já tinha ciência das consequências, evidenciando que a região em questão não possui estrutura adequada, como falta de luz, água e rede de esgoto. Disse que diante do exposto, é importante uma análise cuidadosa sobre as condições de infraestrutura do local antes de implantar projetos que impactem a comunidade. Disse que é necessário realizar uma revisão do projeto, levando em consideração as observações dos vereadores sobre as questões em debate. O senhor Presidente ressaltou a importância do diálogo e da busca por parcerias e entendimento entre o legislativo e as secretarias municipais a fim de solucionar os problemas existentes no Município. O senhor vereador José Augusto sugeriu ao prefeito um projeto de área industrial para o setor em discussão, e que as casas populares sejam construídas no bairro Acrisio, onde já tem um requerimento aprovado pela casa para esse fim. O senhor prefeito ressaltou que a sugestão é importante, mas no momento a demanda é a questão da moradia que é urgente. Não havendo nada mais a tratar o senhor Presidente agradeceu ao prefeito em nome da secretária de ação social e a presença de todos e declarou encerrada a sessão. Para constar eu secretário lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelos membros da Mesa.